

## TRAUMA SOCIAL EM IDADE AVANÇADA

### **Maria da Luz Cabral**

Departamento de Política e Trabalho Social. Escola Superior de Saúde do Alcoitão, Portugal.

### **Isabel Oliveira**

Faculdade Psicologia e de Ciências da Educação. Universidade do Porto, Porto, Portugal.

E-mail: [maria.luz26@gmail.com](mailto:maria.luz26@gmail.com)

**RESUMO:** O paradoxo vivido na contemporaneidade permite simultaneamente o convívio entre diferentes gerações, e a potenciação de processos de estigmatização promotores de discriminação. As circunstâncias de violência e exclusão de grande sutileza, a que as pessoas de idade avançada são expostas, têm impactos físicos e psicológicos no seu bem-estar e na sua longevidade. A intensidade da desumanidade neste grupo etário manifesta-se de forma estrutural pela desigualdade social, pela naturalização da pobreza, originando discriminação, de forma interpessoal pela alteração das interações, nas relações sociais quotidianas de forma institucional, na aplicação e ou omissão das políticas sociais. A consignação das pessoas de idade avançada a uma perda significativa de estatuto social e familiar é potenciadora de traumas psicológicos de cariz moral e afetivo, com proporções muito profundas nas vidas deste grupo etário. Ao longo deste artigo serão evidenciadas e discutidas as questões potenciadoras do trauma social nas pessoas de idade avançada, relacionando-as com os processos de economia de mercado provocada pela globalização, que alteraram o modo como estes sujeitos são incluídos e/ou excluídos da sociedade de produção.

**PALAVRAS-CHAVE:** Trauma social; Inclusão/exclusão; Estigma e dominância social.

## SOCIAL TRAUMA DURING OLD AGE

**ABSTRACT:** Living with different generations of people and the capacity of stigma processes which promote discrimination form a paradox. Violence and subtle exclusion meted to elderly people have physical and psychological impacts on their welfare and their old age. The dehumanization intensity experienced by people within this age bracket is structurally manifested by social inequality, the naturalization of poverty leading towards discrimination, the changing of interactions within daily social relationships, in the application or omission of social policies. The drifting of elderly people towards significant losses of social and family status establishes psychological traumas of a moral and affective nature, with great depth in the lives of these people. The debate evidences and discusses the potential issues of the social trauma in the elderly and relates them to market economy processes caused by globalization that changed the way these people are included and/or excluded within productive society.

**KEY WORDS:** Social trauma; Inclusion/exclusion; Stigma; Social dominance.

## INTRODUÇÃO

Uma das marcas da humanidade na contemporaneidade é a excelência de convívio entre várias gerações por um maior período de tempo e beneficiando dessa possibilidade. Paradoxalmente traduz-se num tempo e num espaço onde se extremam, se limitam ou se banem as relações intergeracionais, originando consequências alarmantes no domínio da solidariedade e da convivência social, com impactos psicológicos no domínio do bem-estar. Estas circunstâncias têm desencadeado algumas práticas/atos em sociedades pouco dignificantes e sublimes, atendendo a todos os avanços de inovação, de tecnologia, de desenvolvimento da natureza humana. Ainda perpetuamos uma consciência pouco ou nada cívica, consignamos as pessoas de *idade avançada* (OMS, 2015) a uma perda significativa de estatuto social e familiar, potenciadora de traumas psicológicos de cariz moral e afetivo, com proporções e implicações muito profundas nas vidas deste grupo etário.

Nas sociedades de economia de mercado e de produção, “os seus habitantes, já não são, por sua vez, “sujeitos de obediência”, mas, sim, sujeitos de produção” (HAN, 2014, p. 19).

O entendimento subjacente à inclusão a partir do mercado - “modo de regulação hegemônico – foi criando um espaço global onde todos os indivíduos, independentemente das suas diferenças, parecem ser incluídos como consumidores” (STOER; MAGALHÃES, 2005, p. 11). Anuncia a importância dada à produtividade e a quem mantém a máquina do sistema económico e financeiro em funcionamento. Articulado com o anteriormente citado, a perda de importância com que este grupo etário está confrontado evidencia o fato de não contribuírem ativamente, com a entrada na aposentadoria. Ao incitarem ao seu desligamento ou alienação da sociedade capitalista/económica, a pessoa de *idade avançada*, porque deixa de contribuir para a economia de mercado, vê-se forçada a quebrar as relações e funções criadas ao longo da vida, por estes desígnios do modelo de inclusão económico capitalista.

A perda de valor deste grupo etário na sociedade ocidental surge, paradoxalmente, numa altura em que a ênfase está como referem os citados autores na «sociedade inclusiva». Estes autores sublinham que

a ideia de mercado é a instância em que emerge a ontologia social, sendo esta o modo como nos diferentes contextos temporais as relações são vividas, concebidas e explicadas/compreendidas. Assim, “define-se inclusão, substituindo-se dessa forma às funções do estado-nação, as do modelo de proteção social, sobretudo tal como se desenvolveu sob a égide do estado de bem-estar social” (STOER; MAGALHÃES, 2005, p. 9). A este propósito, os mesmos autores, citando Bernstein, referem que “o trabalho é organizado em volta da categoria social de profissão [...] Ser empregável é possuir competências de adaptabilidade, é a capacidade de estar continuamente em processo de formação (BERNSTEIN, 2001) e circular no mercado de trabalho com uma velocidade o mais semelhante possível aquela com que o capital circula” (STOER; MAGALHÃES, 2005, p. 9). Desta forma, o indivíduo de *idade avançada*, pelas circunstâncias associadas ao processo de envelhecimento e longevidade patenteia incapacidades/inabilidades que a sociedade lhe atribui, e passa a ser reconhecido como diferente, porque se encontra fora das demandas da nova era pós-moderna. Este estudo de revisão da literatura tem como objetivo apresentar e discutir as questões potenciadoras do trauma social nas pessoas de idade avançada, relacionando-as com os processos de economia de mercado provocada pela globalização, que alteraram o modo como estes sujeitos são incluídos e/ou excluídos da sociedade de produção.

## 2 DESENVOLVIMENTO

A aparente falta de reconhecimento de importância social a que está sujeita a pessoa de *idade avançada*, expõe-na ao desligamento, à frustração, à tristeza, ao desalento e também à exclusão social (STOER; MAGALHÃES, 2005), e consequentemente à estigmatização e ao trauma.

Determinadas doenças neuronais, tais como a depressão, o transtorno por déficit de atenção e hiperatividade (TDAH) ou certas perturbações da personalidade – transtorno de personalidade borderline (TPB) ou síndrome de burnout (SB) – descrevem o panorama patológico do início do séc. XXI” (HAN, 2014, p. 9).

A diversidade do ser humano é socialmente selecionada, tornando-se em diferenças, e o estigma, o preconceito e o desrespeito são socialmente construídos, porque a realidade é a sua consumação. O estigma, por ser sutil e subjetivo, é passível de ser percebido “quando elementos de rotulação, estereotipação, separação, perda de status e discriminação ocorrem simultaneamente quando uma situação de poder (relativo) permite que tais componentes aconteçam” (LINK; PHELAN, 2001, p. 377). O poder, a sua relação, é o ponto essencial ao permitir que o grupo dominante possa estigmatizar outros grupos distintos, originando consequências negativas nos seus receptores. Segundo Goffman (1975), o processo de estigmatização dá-se pela interação física entre as pessoas, e este é ocasionado sempre que se verifica a “colocação mais baixa na hierarquia social, na qual o indivíduo vive”. Esta inexistência de status social gera efeitos nocivos na sua dimensão psíquica, sentimentos de rebaixamento, originando conflitos internos muito complexos de gerir. Sendo o contexto social, histórico e cultural fator decisivo no desenvolvimento e no perpetuar do estigma, na variação e na prática, considerando todas as categorias de pessoas que o compõem.

Dado que a estigmatização é sempre negativa para aqueles que afeta, submete e aniquila os processos essenciais do indivíduo como autoconceito, relações e interações sociais, autoestima, formas de comportamento e vivências diárias.

Os valores humanos, vinculados às ideologias sociais, são compreendidos como estruturas centrais difundidas entre os grupos sociais, legitimando o seu poder. O fato de serem estruturantes na dimensão cognitiva, caracterizam-se essencialmente por terem a função de definir as atitudes e comportamentos das pessoas, fundamentalmente pelo papel que têm na orientação das ações, escolhas, julgamentos, atitudes e explicações sociais, como referem alguns autores (ROKEACH, 1979; SELIGMAN; KATZ, 1996; WILLIAMS, 1979).

O preconceito e estigmatização são comportamentos distorcidos e negativos associados a crenças, assimiladas pelos processos de socialização, com o objetivo de discriminar/excluir certos grupos sociais. Uma das explicações para este tipo de comportamento

pode ser encontrada na *teoria da dominância social*, desenvolvida pelos autores (PRATTO; SIDANIUS; STALWORTH; MALLE, 1994; SIDANIUS; PRATTO, 1999). Estes autores consideram que existe uma relação dialética entre os aspectos individuais, cognitivos, de personalidade, e os aspectos sociais da natureza humana, o estigma, o preconceito e a discriminação, que visam oferecer uma visão holística sobre o desenvolvimento e manutenção dos sistemas de desigualdades sociais nas sociedades e conseqüentemente à exclusão.

Na teoria da “*dominância social*” todas as sociedades humanas tendem a organizar-se em sistemas de grupos baseados em hierarquias sociais, em que um pequeno número de grupos dominantes e hegemônicos está no topo da pirâmide social e os grupos subordinados na parte inferior. Estes sistemas de hierarquias grupais são muito difíceis de modificar, possuem alto grau de estabilidade, ao mesmo tempo que coexistem sistemas paralelos que lutam contra as hierarquias sociais e que, em alguns casos, conseguem atenuar as desigualdades sociais.

O último capítulo de *A Condição Humana* de Hannah Arendt trata do triunfo do *animal laborans*. Arendt não apresenta nenhuma alternativa eficaz ao desenvolvimento social da atualidade. Limita-se a constatar, com resignação, que a capacidade de agir está circunscrita a poucos indivíduos (HAN, 2014, p. 36)

Os princípios democráticos e as normas das organizações internacionais apelam à adoção de leis que combatam as desigualdades e a exclusão social. No entanto, o seu sucesso é limitado, assistindo-se a um número cada vez maior de formas de expressão do preconceito, estigma, exclusão e de certos grupos sociais nos quais se incluem as pessoas *de idade avançada*, em que o trauma se revela de maneira sutil e subjetiva.

As conjunturas de mudanças de caráter socioeconômico e cultural marcam a forma como se vive e se envelhece, em que grandes afirmações e conquistas científicas são acompanhadas da incerteza e dúvida, e se tornam experiências difíceis e traumáticas para muitas pessoas. Este período, conhecido como “*pós-modernidade*”, é caracterizado pelas mudanças rápidas

de conhecimentos, pelo questionamento de valores, pela globalização, pela confiança em sistemas abstratos, pela obsolescência, liquidez e descartabilidade de objetos, pessoas e relações, com certa depreciação pelo valor da vida. Neste contexto só tem importância/valor quem produz, quem contribui para a máquina do mercado, as pessoas de *idade avançada* não se encontram integradas, e o sistema dominante mostra/patenteia o quanto são inúteis e descartáveis, provocando traumas irrecuperáveis.

Neste grupo de pessoas o *trauma*, nesta perspectiva social, é responsável por um elevado número de hospitalizações e até de mortes. Viver em estado de não pertença à sociedade pode potencializar o surgimento de problemas graves relacionados com a saúde física e mental.

No grupo de pessoas de *idade avançada*, as privações são cada vez mais significativas e até irreversíveis, ao nível da saúde, do trabalho, da rede de amigos, da frequência das relações interpessoais, de valor para a economia de mercado e do estatuto social. Estas são muito expressivas porque as fazem debater-se com as suas fragilidades e competências, com a sua finitude, conduzindo-os a estados de vulnerabilização, de tristeza profunda, angústia, solidão, abandono e depressão. Como refere Han “sabemos que aquilo que leva o indivíduo à depressão é a ausência de laços e vínculos, característica da crescente atomização da esfera social” (HAN, 2014, p. 21).

As pessoas de *idade avançada* na contemporaneidade refletem olhares e perspectivas de análise social centradas na categoria do mercado de trabalho econômico e financeiro, meio pelo qual o ser humano se torna sujeito social, contribuindo para a construção de si e da sociedade. O trabalho é na nossa sociedade elemento centralizador do papel e importância que cada um/a tem, e parafraseando Marx a característica principal do homem está no trabalho e quando o trabalho termina, pela sua condição de “velho” é descartado pelo capital.

Um dos desafios da sociedade atual está em encontrar soluções sustentáveis que garantam a qualidade de vida de todas as pessoas de *idade avançada*, enquanto elementos de pleno direito da sociedade, garantindo-lhes dignidade, segurança e respeito, por meio da valorização e do reconhecimento do seu potencial, da sua experiência, conhecimento, competências, interesses e necessidades,

criando condições que promovam a “participação social nas suas mais diversas formas que vão desde trocas interpessoais significativas até ao exercício dos direitos e deveres de cidadania” (PAÚL, 2015, p. 16).

Os impactos decorrentes do envelhecimento nas políticas sociais foram identificados pelas autoridades com responsabilidades públicas, quer internacionais quer nacionais. O Ano Europeu do Envelhecimento Ativo e da Solidariedade entre Gerações, realizado nos países da União Europeia no ano de 2012, constituiu importante marco para a reflexão e (re) formulação de estratégias nacionais e internacionais enquadradoras das políticas sociais e das políticas da saúde.

Anteriormente, a segunda Assembleia Mundial da ONU, sobre o envelhecimento, realizada em Madrid, em 2002, sob o tema “Sociedade Para Todas as Idades” veio alertar os países e os políticos, para a necessidade de intervenção junto de um extrato da população cada vez maior, excluído e estigmatizado, do seio de uma sociedade capitalista, onde quem não produz está fora do sistema, reconhecendo,

A necessidade de se conseguir progressivamente a plena realização do direito de todas as pessoas de desfrutar do máximo possível de saúde física e mental. O objetivo social de alcançar o grau mais alto possível de saúde é de suma importância em todo o mundo e, para que se torne realidade, é preciso adotar medidas em muitos setores sociais e económicos, fora do setor da saúde. Comprometemo-nos a proporcionar aos idosos acesso universal e igualitário aos cuidados médicos e aos serviços de saúde física e mental. As crescentes necessidades do processo de envelhecimento populacional trazem a exigência de novas políticas de cuidado e tratamento, promoção de meios saudáveis de vida e ambientes propícios. Promoveremos a independência, a capacitação dos idosos e incentivaremos todas as possibilidades de participação plena na sociedade. Reconhecemos a contribuição das pessoas de [*idade avançada*] ao desenvolvimento no desempenho de seu papel como guardiões<sup>1</sup>

<sup>1</sup> Declaração Política da 2ª Assembleia Mundial sobre o Envelhecimento. Madrid, 2002, Artº 14º. Disponível em: «[http://www.c-fam.org/docLib/20080625\\_Madrid\\_Ageing\\_Conference](http://www.c-fam.org/docLib/20080625_Madrid_Ageing_Conference)».

O Plano Internacional de Ação de Madrid (MIPAA) apontou três eixos prioritários: 1) promoção da saúde e bem-estar das pessoas [*idade avançada*]; 2) participação das pessoas mais velhas na sociedade e no desenvolvimento e 3) criação de ambiente propício e favorável ao envelhecimento.

Esta assembleia relevou a importância deste grupo social poder desfrutar duma vida saudável, física e mental, em especial em termos de autonomia, independência, capacitação e participação das pessoas de [*idade avançada*] na vida social, além de salientar a necessidade de se formularem ofertas/respostas às necessidades e interesses dos diferentes grupos etários, em vez de políticas que os consideram como um grupo homogêneo.

O contínuo envelhecimento da população em nível mundial é uma realidade que não deixa de fora nenhum país no mundo. Pelo que as melhores respostas ao desafio do envelhecimento devem incluir os diferentes *apports* dos diferentes *stakeholders*, num diálogo permanente com todos, no sentido de se construir “Uma sociedade Sustentável Para Todas as Idades”, lema da 4ª Conferência Ministerial que reuniu em Lisboa em 2017<sup>2</sup>.

A reunião de Lisboa juntou decisores políticos de 56 países, responsáveis de organismos internacionais, investigadores e representantes de diferentes organizações não governamentais que, um pouco por todo mundo, vão lutando e influenciando as políticas nacionais, na salvaguarda da dignidade e dos direitos humanos das pessoas mais velhas.

Sob o lema “Uma Sociedade Sustentável Para Todas as Idades” foi aprovada a Declaração de Lisboa, 2017, documento que estabelece as linhas orientadoras de ação, para os próximos cinco anos, no que diz respeito às políticas públicas. A declaração destaca a determinação dos países em alcançar três prioridades até 2022:

1. reconhecer o potencial da pessoa de [*idade avançada*];
2. encorajar o envelhecimento ativo;
3. garantir um envelhecimento com dignidade.

Sublinhando ainda o envelhecimento ativo como um tema transversal aos países, na implementação da Agenda 2030 para Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas<sup>3</sup>, onde se destaca a ligação entre a saúde, a erradicação da pobreza, a educação, o emprego, a igualdade de género e a inclusão no desenvolvimento urbano, combate ao idadismo, ao estigma e exclusão, o direito à participação em todas as dimensões da vida cívica, económica, social e cultural, por parte de todos/as independentemente da idade.

A autora Debert considera que “a velhice na nossa sociedade, mesmo quando não se associa à pobreza ou à invalidez, tende a ser vista como um período dramático por implicar a passagem, tida como indesejada, de um mundo amplo e público para um mundo restrito e privado” (DEBERT, 1999, p. 25). Por isto, parecem urgente promover a reflexão sobre a adoção de estratégias de envelhecimento ativo entre homens e mulheres, e identificar precocemente as condicionantes que surgem ao longo do processo de envelhecimento, combater o preconceito, o estigma e a exclusão, fatores potenciadores de trauma.

Torna-se indispensável construirmos uma nova atitude face ao envelhecimento e face ao “lugar” que cada um/a ocupa nesta sociedade, desmistificando este momento que apesar dos seus condicionalismos resultantes do natural declínio, com ecos que têm demonstrado novas formas de envelhecer, velhas formas de incapacidade. A importância de envolver a sociedade como um todo, como meio de eliminar estereótipos e preconceitos associados à idade e à longevidade. Na valorização da pessoa e da individualidade, de particular importância quando falamos de respostas institucionais em que o risco de perda de identidade se torna particularmente elevado.

A reflexão sobre estes “lugares” onde indivíduo e sociedade interagem, onde os projetos pessoais se desenvolvem condicionados pelos constrangimentos impostos pela sociedade e que motivam ou geram processos de exclusão/inclusão social, ajuda-nos a compreender a vulnerabilidade/fragilidade de alguns grupos sociais, não raras vezes a montante dos processos

<sup>2</sup> Declaração de Lisboa 2017. Disponível em: «[http://www.seg-social.pt/noticias/asset\\_publisher/9N8j/content/conferencia-unece-declaracao-de-lisboa](http://www.seg-social.pt/noticias/asset_publisher/9N8j/content/conferencia-unece-declaracao-de-lisboa)».

<sup>3</sup> Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Disponível em: «<http://www.institutocamoes.pt/activity/o-que-fazemos/cooperacao/cooperacao-portuguesa/mandato/ajuda-ao-desenvolvimento/agenda-2030>».

de conflitualidade social e de marginalidade. As características de vulnerabilidade/fragilidade podem ser também enunciadas como um processo multidimensional, análogo às desigualdades sociais e consequentemente à exclusão social.

A este respeito, e no entendimento das especificidades e características multidimensionais deste grupo etário, e se tivermos em conta as políticas apoiadas na inclusão/exclusão social, remetemos de novo para Stoer & Magalhães (2005, p. 58) “falar de exclusão social é falar simultaneamente de inclusão social, [...] estes conceitos são enquadrados no âmbito da problemática da equidade e da problemática do conhecimento e atuam como mapa para compreender como é que as políticas são postas em prática”. Parece importante referir que estas (inclusão/exclusão) são contextualizadas como sendo “duas entidades diferentes” nas quais o objetivo é produzir inclusão e eliminar a exclusão tendo por base o [preconceito e o estigma] (Ibidem).

A forma propícia de incluir a diferença social torna-se uma questão central no desenvolvimento de novas formas de suprir as fragilidades/vulnerabilidades deste grupo etário. Quando falamos de diferença/alteridade num contexto social como o atual, que sofre elevadas pressões de globalização, é inevitável falar também de incluir e de excluir. Deste modo, estes conceitos são indissociáveis e pertinentes quando análogos a grupos sociais, pois a “exclusão [...] é permanentemente comparada com um cenário de algo que está incluído” (POPKEWITZ; LINDBLAD, 2004; STOER; MAGALHÃES, 2005), mas que tem uma origem sobretudo sociocultural de responsabilidade social e política.

A longevidade é uma conquista da humanidade, desafia as sociedades contemporâneas pelas exigências face aos novos posicionamentos e perspectivas de “ganhos de anos de vida com saúde e independência, de funcionalidade, de participação e de intergeracionalidade” (Programa de Ação do AEEASG 2012 | Portugal (JANEIRO, 2012)<sup>4</sup>, na procura de um envelhecimento mais ativo “não só para acrescentar mais anos à vida, mas para acrescentar mais qualidade aos anos de vida,.” (JANEIRO, 2012). Assim, com “a longevidade humana a alcançar limites não pensados, caminha-se agora para desvendar os mais profundos segredos da vida. As profundas transformações

sociais que se farão presentes [...] poderão permitir ao ser humano alcançar os 110 e 120 anos como expectativa de vida atingindo o limite biológico” (SALDANHA; CALDAS, 2004, p. 8).

Estas perspectivas sobre o envelhecimento e a consequente longevidade promovem e refletem os diversos modos como as pessoas estão a viver e a conviver, entre os desafios e oportunidades, pelo que importa refletir sobre a significação associada ao “envelhecimento ativo”, de modo a que o mesmo se constitua para as pessoas de *idade avançada* como uma “oportunidade de continuarem a trabalhar e partilhar as suas experiências, de continuarem a desempenhar um papel ativo na sociedade e de viverem as suas vidas de maneira saudável, independente e preenchida” (JACOB, 2013, p. 18).

A dinâmica da modernidade e mais recentemente da pós-modernidade gera mutações na sociedade, com as quais este grupo etário tem de conviver e saber resistir. Segundo Giddens (1999), “enfatizar a criação de uma sociedade positiva, onde a pessoa de [*idade avançada*] é, como qualquer outro cidadão, «um recurso» e não um problema. Uma sociedade que separa os idosos da maioria, encerra-os num gueto chamado reforma<sup>5</sup>, não pode considerar-se inclusiva.” (GIDDENS, 1999, p. 108). No nosso entender este grupo etário é o que experimenta maiores transformações, mormente a diminuição da frequência dos contatos sociais entre indivíduos, em particular indivíduos de outras idades e gerações, mas e também pela perda significativa de estatuto social, que atualmente impõem à sociedade.

A desvalorização do estatuto das pessoas de *idade avançada* na sociedade ocidental surge, de forma eventualmente não surpreendente, numa altura em que a ênfase está colocada na «*sociedade inclusiva*”. Esta aparente perda de importância social e estatuto a que estão sujeitas, expõe-nas também de forma particularmente aguda a processos intensos de trauma e exclusão.

Esta debilidade e imposição sutil são fomentadas pela economia de mercado e pela inexistência efetiva de políticas sociais com poder de regular os deficits dos cidadãos/ãs, e possibilitam que se viva no reconhecimento do contributo da vida ativa.

<sup>4</sup> Programa de Ação AEEASG, 2012 . Disponível em: «[http://www.igfse.pt/upload/docs/2012/Programa%20A%C3%A7%C3%A7oAnoEuropeu2012.pdf](http://www.igfse.pt/upload/docs/2012/Programa%20A%C3%A7%C3%A7%C3%A7oAnoEuropeu2012.pdf)»

<sup>5</sup> Aposentadoria

Este conceito está de tal forma enraizado na nossa sociedade que, por um lado, se teme envelhecer e se tenta não parecer velho (para não se tornar incompetente e incapaz aos olhos dos outros) e, por outro, tratam-se as pessoas de *idade avançada* como crianças, com papéis sociais de menor relevo, originando trauma pela falta de reconhecimento, estatuto e integração social. Assim, a comunidade deve procurar suprir as desigualdades sociais, principalmente nos grupos de maior vulnerabilidade, o “cansaço da sociedade de produção é um cansaço individual, um cansaço que separa e isola” (HAN, 2014, p. 52). Sendo o grupo das pessoas de *idade avançada* desprovido constantemente, ora do mundo do trabalho pela sua idade (consequentemente menor importância social), ora pela falta de poder de consumo (baixos rendimentos, baixo consumo). Este cansaço “se constitui como violência, pois destrói tudo o que possa haver em comum, tudo o que se possa fazer em conjunto, aniquilando qualquer proximidade e a própria linguagem” (HAN, 2014, p. 52).

Que sociedade é esta que, consciente do estado de fragilidade e vulnerabilidade das pessoas de *idade avançada* por força de isolamento, perda de pessoas significativas, aposentadoria; mudanças nas condições sociais ou financeiras e condições médicas e/ou psiquiátricas, permite que este grupo etário esteja sujeito ao preconceito, ao estigma, à falta de estatuto e, consequentemente, à exclusão social, podendo originar *trauma* ou interferir com a capacidade de lidar com novas situações de estresse, abuso e negligência que ocorrem habitualmente em pessoas de *idade avançada*?

Como lidar com o fato da relação social se instituir em moldes sutis e subjetivos, e relacionando com as dimensões do estigma, do preconceito, da dominância social, do reconhecimento social, da perda efetiva de importância (estatuto), formas de mau trato e consequentemente potenciadores de *trauma*, tão desumana e inconsequente?

### 3 CONCLUSÃO

As economias de mercado promovem a apreensão da vivência social de forma sutil e subjetiva, mencionando a Organização Mundial da Saúde (OMS,

2015), a violência sobre as pessoas de *idade avançada* não pode ser solucionada adequadamente se as suas necessidades essenciais (alimentação, abrigo, segurança e acesso à assistência e saúde) não forem devidamente atendidas e reconhecidas. A importância de promover redes de relacionamentos, condições de bem-estar e qualidade, sejam dimensões individuais ou institucionais. A responsabilidade pública nesta área é particularmente relevante e é um exemplo que deve ser desenvolvido continuamente. As respostas sociais, neste sentido, devem ser centradas na pessoa e não nas organizações/instituições, prendendo-se com a importância de compreender o processo de envelhecimento na dimensão individual profunda com tudo o que isso significa em termos de soluções e políticas.

O envelhecimento deve ser visto como um processo, nunca como um momento e, acima de tudo, centrado na dimensão da longevidade e, portanto, longe dos conceitos associados à perda ou incapacidade. Assumir que uma “sociedade sustentável para todas as idades” exige uma luta permanente contra o discurso da segregação geracional, promovendo respostas de solidariedade, em particular no campo das relações intergeracionais.

### REFERÊNCIAS

- DEBERT, G. G. **A reinvenção da velhice**: Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Fapesp, 1999.
- GIDDENS, A. **Para uma terceira via**: a renovação da social-democracia. Lisboa: Presença, 1999.
- GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. Márcia Bandeira de Melolo Leite Nunes. Rio de Janeiro: LTC, 1975.
- HAN, B. **A Sociedade do Cansaço**. Trad. Gilda Lopes Encarnação. Lisboa: Relógio d'Água, 2014.
- JACOB, L. **Animação do Idosos**. Porto: Mais Leitura, 2013. (Coleção Geriatria e Gerontologia).
- LINK, B.G.; PHELAN, J.C. Conceptualizing stigma. **Annual Review of Sociology**. New York, 2001, n. 27, p. 363-385.

Disponível em: <<http://arjournals.annualreviews.org>>.  
Acesso em: 14 maio 2017.

OMS. **Relatório Mundial de Envelhecimento e Saúde**.  
USA: Organização Mundial de Saúde, 2015. Disponível  
em: <[http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/186468/6/WHO\\_FWC\\_ALC\\_15.01\\_por.pdf](http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/186468/6/WHO_FWC_ALC_15.01_por.pdf)>. Acesso em: 14 maio  
2017.

PAÚL, C. **Envelhecimento activo e redes de suporte social**. 2005. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/3732>>. Acesso em: 14 maio 2017.

PRATTO, F.; SIDANIUS, J.; STALLWORTH, L. M.; MALLE, B. J. Social dominance orientation: A personality variable predicting social and political attitudes. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 67, n. 4, p. 741-763, 1994.

ROKEACH, M. The two value-model of political ideology and a British politics. In: ROKEACH, M. (Ed). **Understanding human values: individual and societal**. New York: Free Press, 1979. p. 192-196.

SALDANHA, A. L.; CALDAS, C. P. (Org.). **A saúde do idoso: a arte de cuidar**. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.

SELIGMAN, C.; KATZ, A. The dunaics of value systems. In: SELIGMAN, C.; OLSON, J.M.; ZANNA, M. P. (Ed.). **The psycholhology of values**, v. 8, p. 53-55, 1996.

SIDANIUS, J.; SIDANIUS, J. **Social Dominance: an intergroup theory of social hierarchy and oppression**. New York: Cambridge University Press.1999.

STOER, S.; MAGALHÃES, A. **A diferença somos nós: a gestão da mudança social e as politicas educativas e sociais**. Porto: Afrontamento, 2005.

WILLIAMS, R.M. Change and stability in values and value systems: A sociological perspective. In: ROKEACH, M. (Ed.). **Understanding human values: individual and societal**. New York: Free Press, 1979. p. 192-196.

*Recebido em: 2017-05-23*

*Aceito em: 2017-11-28*